

DIÁRIO OFICIAL



*Prefeitura Municipal
de
Porto Seguro*



ÍNDICE DO DIÁRIO

ATA

ATA REUNIAO

EXTRATO

EXTRATO DE ADITIVO CONTRATUAL



ATA REUNIAO



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO SEGURO
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE



CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE- CMMA

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE DE
PORTO SEGURO - BAHIA, REALIZADA NO DIA 25 DE AGOSTO DE 2021.**

Às onze horas e cinco minutos do dia vinte e cinco de agosto de dois mil e vinte um, reuniram-se virtualmente através da plataforma "Google meet", o vice-presidente do Conselho Municipal de Meio Ambiente Dr. João Góes, a bióloga da SMMA (Aluane Ferreira), a oceanóloga da SMMA (Martina Rossato), a advogada da SMMA (Lais Silva) e os demais conselheiros do Meio Ambiente: Allison Gonçalves (IFBA), Asdrúbal Júnior (Associação das Operadoras de Turismo Naval de Porto Seguro), Bruno Brauer (Instituto Coral Vivo), Carolina Peixoto (ICMBio), Charles Leal (Associação de Produtores Rurais Brasil para o futuro), Daniela Bambirra (Costa Bahia), Davidson Fernandes (Costa Bahia Turismo), Igor Pinheiro (UFSB), Ítalo Lima (Instituto Nautilus), Júnia Castro (SMEC), Laura Ramalho (Associação Despertar Trancoso), Luis Alberto Oliveira dos Santos (Associação Naval de Porto Seguro), Luiz André Lobo (Aquaplanet Mergulho), Malena Souza Porto (SEDUR), Marcelo Tenório (Associação de Agricultores Rurais Nova Jerusalém), Melina Andrade (ICMBio), Pedro Menezes (Colônia de Pescadores z-22), Sueli Abad (Movimento de Defesa de Porto Seguro) e Vinícius Parracho (vereador). A reunião teve como pontos de pauta: Esclarecimentos da Câmara Técnica da Mata Atlântica e o Plano de Uso Público do PNMM do Recife de Fora. A reunião se iniciou com a chamada do vice-presidente do Conselho, o senhor João Góes (SMMA), aos conselheiros presentes. Em seguida, o senhor João Góes inicia a reunião tratando do primeiro ponto de pauta, esclarecendo que não foi retomada a Câmara Técnica da Mata Atlântica, visto que está em iminência de novos membros conselheiros com a nova eleição do Conselho em outubro, e sugere que após o novo corpo do Conselho formado seja instituída a aprovação da Câmara Técnica da Mata Atlântica, através de reuniões extraordinárias. Em seguida aos esclarecimentos, abriu-se para intervenções dos conselheiros presentes. A conselheira Carolina Peixoto (ICMBio) questionou se uma Câmara Técnica tem caráter permanente ou se é temporária e afirmou não entender do porquê não se encaminhar sua revitalização via ofícios às instituições que a compõe, conforme resolução que a cria, solicitando a manifestação sobre interesse ou não de permanência, bem como a indicação de seus representantes. O senhor Ítalo Lima (Instituto Nautilus) cita o fato da Câmara Técnica da Conservação Marinha possuir, entre os membros, instituições que não fazem parte do CMMA. O senhor Asdrúbal Júnior (Associação das Operadoras de Turismo Naval de Porto Seguro) se manifesta em acordo ao aguardo da formação da nova comissão do CMMA já que a Câmara Técnica também será composta por conselheiros presentes no Conselho e como haverá uma reformulação, acha prudente esperar. O senhor Ítalo Lima questiona que não há documentos que estabelecem que somente membros do Conselho possam fazer parte da CT, enquanto o senhor Asdrúbal Júnior afirma ser prudente se formar a CT somente com membros do Conselho. Em seguida, o senhor Bruno Brauer (Instituto Coral Vivo) informa que a CT pode ter membros que não fazem parte do Conselho e que há a possibilidade de outras instituições participarem. A senhora Sueli Abad (MDPS) argumenta que a resolução da CT informa que a mesma serve para auxiliar o Conselho nas tomadas de decisões, e o regimento interno deveria trazer quem são esses representantes. A mesma ainda relata a necessidade de se adequar os membros da CT da Mata Atlântica, já que muitas pessoas não participam mais do Conselho. Em resposta, a senhora Lais Silva (CMMA) afirma que, a princípio, precisa-se analisar o papel da CT, que em outubro haverá mudança dos conselheiros, sendo necessário seguir o Regimento Interno e analisar o corpo técnico para reativar a CT. O senhor João Góes afirma que a



Câmara Técnica é um acessório do Conselho Municipal de Meio Ambiente e para não ser ditatorial e operar dentro dos trâmites, é fundamental que se espere a renovação do Conselho para que se forme a Câmara Técnica, pois a Câmara Técnica corrobora a objetividade do Conselho. O senhor Asdrúbal Júnior concorda com o senhor João Góes e afirma que o Conselho já é representativo, não achando necessária a participação de outras instituições que não estejam presentes no CMMA para compor a CT. A senhora Martina Rossato (SMMA) ressalta que a CT da Conservação Marinha é composta por entidades do Conselho, mas que outros representantes dessas entidades, mesmo não sendo conselheiros, compõem a CT da Conservação Marinha. O senhor João Góes ressalta que a Câmara Técnica é uma dilatação para alcançar melhorias, e precisa de pessoas com expertise no assunto, podendo outros técnicos serem convidados a participar. O senhor Igor Pinheiro (UFSB) relata que o pedido da abertura da Câmara Técnica já tinha sido requerido há um tempo e que a mesma é composta por instituições e não por membros, não havendo empecilhos para a reativação. O senhor João Góes expressa sua preocupação em relação à participação de instituições que não são membros do Conselho, caso a reativação ocorra antes da modificação do Conselho prevista para outubro. A senhora Laura Ramalho (Associação Despertar Trancoso) entende que em outubro, após nova eleição, haverá conhecimento de quais instituições continuarão ou entrarão como membros e que normalmente não há grandes alterações das instituições, achando não haver motivos para CT não começar a funcionar. O senhor João Góes explica que toda instituição e alteração precisa de uma tramitação, só havendo mais uma reunião para finalizar o tempo de gestão dos membros atuais deste Conselho, e que por esse motivo precisam-se seguir os trâmites legais sem que a CT seja interrompida após a nova reformulação do Conselho. A senhora Carolina Peixoto (ICMBio) realça a importância de uma releitura do Regimento Interno do Conselho por todos os seus membros, pois muitas dúvidas seriam sanadas, como esta sobre se as Câmaras Técnicas são ou não compostas apenas por membros do Conselho, já que o Regimento, em seu artigo 22 estabelece que são constituídas por membros do CMMA e/ou convidados. Questiona sobre como ocorre o processo de renovação do Conselho. A mesma sugere a realização de um edital aberto, pois este seria mais democrático. O senhor João Góes responde a dúvida relatando que a nova formação do CMMA é realizada por meio de edital ou cartas convites para as instituições, as quais indicam os conselheiros e que as CTs são instituídas através do Conselho via portaria publicada. A senhora Sueli Abad (MDPS) informa sobre a Resolução de julho de 2013 da CT da Mata Atlântica que não foi restituída e que, se fosse por vontade do Conselho, poderia ser restabelecida novamente, porém afirma não saber ao certo dos meios legais para que isso ocorra. O senhor João Góes reitera que a CT é um acessório específico, buscando a discussão de temas que serão somente repassados para o Conselho para a aprovação. Em seguida, a senhora Laura Ramalho (Associação Despertar Trancoso) expressa sua preocupação da CT ser restituída somente em 2022 por conta das poucas reuniões que ainda restam no ano de 2021. O senhor João Góes afirma que a CT poderá ser instaurada a qualquer momento por meio de reunião extraordinária e que a pauta seria somente para esclarecimentos sobre a Câmara. A senhora Laura Ramalho sugere que se o assunto foi trazido para a reunião, que ele possa ser debatido e votado. O senhor João Góes frisa que segundo escrito na pauta, a reunião de hoje traria esclarecimentos da razão porque a CT da Mata Atlântica não foi reativada até o momento. Em resposta, a senhora Laura Ramalho expressa que havia entendido que essa reunião seria para instituir a CT da Mata Atlântica e sugere que seja votado para que a maioria decida se institui agora ou depois, visto que uma hora de reunião não é suficiente e que se encerram as reuniões sem decidir os pontos apresentados. Em resposta, o senhor João Góes afirma que a CT da Mata Atlântica instituída em 2013 tem validade. A senhora Carolina Peixoto relata que não há conhecimento sobre um Regimento Interno próprio da CT e que acha necessário que a secretária executiva envie os documentos acerca da pauta com antecedência, além do mais a mesma afirma que se sente frustrada, já que as reuniões não têm tempo hábil para discutir de forma adequada os pontos e



que não há uma moderação e nem tempo de fala para os membros. A mesma ainda relata que é muito difícil avançar com as pautas na reunião do Conselho e que já está se falando sobre a CT da Mata Atlântica há três reuniões e não houve uma decisão, sendo necessária uma votação para saber se será instituída agora ou depois. O senhor João Góes responde que não houve um questionamento em relação aos pontos de pauta quando divulgado. O senhor Ítalo Lima diz que se o assunto é levado para o Conselho, ele deve ser decidido em consenso por todos os conselheiros, mas que se é somente uma decisão do Secretário, que este seja informado formalmente por e-mail para todos. A senhora Daniela Bambirra (Costa Bahia) afirma que participa há anos do Conselho, e que já houve reuniões em que o assunto da pauta precisava ser explicado para que qualquer um pudesse votar. A mesma ainda afirma que no Conselho existem pessoas que atuam em diversas áreas e que quando se estabelece uma CT deve ser composta por pessoas com expertise no assunto tratado, caso não haja, que sejam convidados, mas que para a base, seja considerado o Conselho. Em resposta, o senhor João Góes relata que podem ser instituídas várias CTs de acordo ao tema tratado e reafirma que a CT poderá ser instituída a qualquer momento. Passando para o próximo ponto de pauta, ele questiona se alguém tem alguma objeção em relação ao Plano de Uso Público do PNMM do Recife de Fora, enviado com antecedência aos membros. A senhora Melina Andrade (ICMBio) propõe uma reunião para reler os Regimentos e pede que esse quesito seja incluído em pauta, já em relação ao outro ponto de pauta, ela afirma ser necessário mais tempo para discutir. O senhor Bruno Brauer também concorda com a fala da Melina que deveria haver mais tempo para discutir o Plano de Uso Público e que sem essa discussão não haveria como aprovar o Plano de Uso Público, que suas considerações poderiam ser enviadas por e-mail, mas que alguns pontos precisam ser discutidos com os conselheiros. Por fim, o senhor João Góes sugere que as considerações sobre o Plano de Uso Público sejam enviadas por e-mail a Aluane. O mesmo afirma que o Conselho tem como objetivo o melhor, de acordo as leis e regimentos, e que será marcada uma reunião extraordinária para aprovar o Plano, encerrando a reunião. E para constar, eu, Aluane Silva Ferreira, lavrei a presente ata que vai assinada por mim e pelo vice-presidente do CMMA. Devido à pandemia do covid, uma imagem com os outros membros presentes na reunião através da plataforma "Google meet" é anexada como comprovante de presença.

Encaminhamentos:

- Reunião Extraordinária para discutir o Plano de Uso Público do PNMMRF
- Reunião Extraordinária para tratar da reativação da CT da Mata Atlântica

Lista dos participantes:

- Aluane Silva Ferreira (Secretaria Municipal do Meio Ambiente)
- Allison Gonçalves Silva (IFBA)
- Bruno Brauer (Instituto Coral Vivo)
- Carolina Peixoto Ferreira (ICMBio)
- Charles Leal (Associação de Produtores Rurais Brasil para o futuro)
- Daniela Bambirra Obregon Gonçalves (Costa Bahia Turismo)
- Davidson Fernandes (Costa Bahia Turismo)
- Igor Pinheiro (UFSE)
- Ítalo Lima e Silva (Instituto Nautilus)
- João Góes (Secretaria Municipal do Meio Ambiente)
- Júnia Castro (SMEC)
- Junior Fortunato (Associação das Operadoras de Turismo Naval de Porto Seguro)
- Lais Silva (Secretaria Municipal do Meio Ambiente)



- Laura Ramallo (Associação Despertar Trancoso)
- Luis Alberto Oliveira dos Santos (Associação Naval de Porto Seguro)
- Luiz André Lobo (Aquaplanet Mergulho)
- Malena Souza Porto (SEDUR)
- Marcelo Tenório (Associação de Agricultores Rurais Nova Jerusalém)
- Martina Rossato (Secretaria Municipal do Meio Ambiente)
- Melina Andrade (ICMBio)
- Pedro Menezes (Colônia de Pescadores z-22)
- Pedro Assis
- Sueli Abad (Movimento de Defesa de Porto Seguro)
- Vinícius Parracho (vereador)

Aluane Silva Ferreira

DECRETO Nº 11.253/20
Biólogo Mat. 43120

Aluane Silva Ferreira

Pessoas



Alemao Alemao



Instituto Nautilus



ALLISON GONCALVES



Junior Fortunato



Aluane Ferreira



Laura Ramallo



Bruno Brauer



Luis Alberto Oliveira



Carolina Peixoto Ferre



Malena Porto



Charles Leal



Marcelo Tenorio



Daniela Bambirra



Oceanografia SMMA



Igor Pinheiro



Pedro Assis



Instituto Nautilus



pedro menezes



Junior Fortunato



programa despertar2021



Laura Ramallo



Sueli Abad



Luis Alberto Oliveira



Vinicius Parracho





EXTRATO DE ADITIVO CONTRATUAL

EXTRATO DE ADITIVO CONTRATUAL

ADITIVO Nº 004/2021 – CONTRATO PE Nº 019/2019 -Contratante – Município de Porto Seguro
– **Contratado:** INOVA TERRAPLANAGEM E CONSTRUÇÕES EIRELLI. CNPJ nº 07.097.369/0001-03. **Objeto:** Reajuste contratual. Valor: R\$125.312,40(cento e vinte e cinco mil, trezentos e doze reais e quarenta centavos). Jânio Natal Andrade Borges – Prefeito Municipal.

ADITIVO Nº 002/2021 - CONTRATO Nº CC001/2021 - Contratante – Município de Porto Seguro
– **Contratado:** JPS Projetos e Consultorias Eirelli – CNPJ – 11.418.579/0001-23. **Objeto:** Prorrogação de Prazo e Valor nos limites legais. Vigência 30(trinta) dias, valor: R\$12.056,41(doze mil, cinquenta e seis reais e quarenta e um centavos). Jânio Natal Andrade Borges – Prefeito Municipal.